



## É importante conter a valorização do real

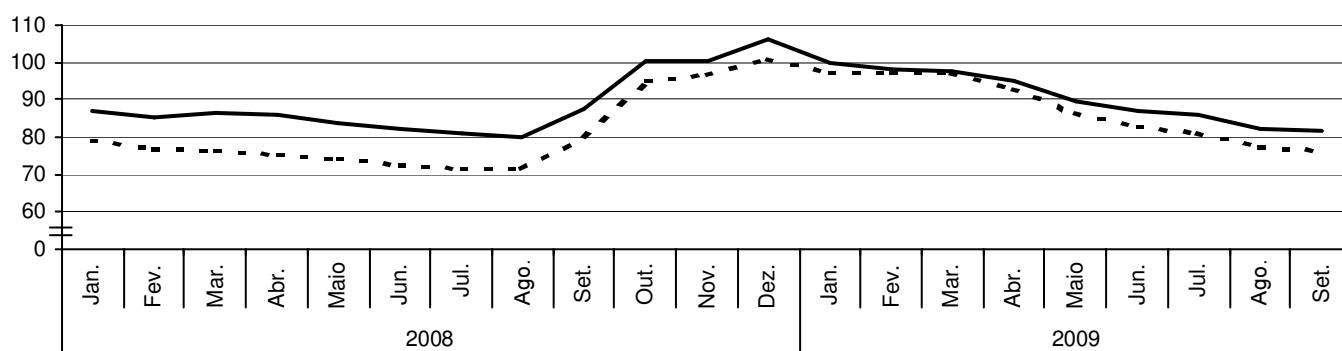
O Governo parece ter, finalmente, acordado para os perigos do câmbio valorizado. Depois da habitual tergiversação sobre as virtudes do câmbio flutuante e “livre”, o Ministério da Fazenda concordou em instituir taxa, cobrando 2% de Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o capital externo de portfólio entrante no País. Essa medida, apesar de sua pequena repercussão em termos práticos, em um momento de retorno do apetite pelo risco envolvendo uma imensa liquidez injetada pelos governos dos países desenvolvidos nos sistemas financeiros, para contra-arrestar os efeitos da crise do biênio anterior, vale pelo reconhecimento explícito de parte das autoridades de que o câmbio valorizado pode, sim, representar uma ameaça ao crescimento. Parece que, aos poucos, a política adotada com sucesso pelos países asiáticos de que “o câmbio flutuante é bom quando não flutua” começa a ecoar, de forma tímida, no Brasil.

E essa é uma excelente mudança de espírito. Defensores da valorização da moeda citam como argumentos em favor da valorização do real o controle dos preços a partir da pressão competitiva que as importações baratas impõem aos produtores domésticos e a possibilidade de ganhos de produtividade a partir da importação de bens de capital e de insumos em condições favoráveis. A inflação encontra-se controlada, em grande parte, pela modificação dos termos de intercâmbio em condições que favorecem a economia brasileira, pressionados pela excessiva capacidade industrial que se manifesta tanto nos países desenvolvidos quanto na Ásia. E, tendo em conta que a valorização do real, quando excessiva, prejudica a demanda pelos bens industriais domésticos, é difícil supor-se que esta seja boa para as decisões de investimento em um contexto de fraca demanda em

nível mundial. É de se destacar que a volatilidade cambial prejudica sobremaneira a decisão de investir, e o Brasil tem sido um dos países com mudanças mais bruscas em seu nível cambial no último biênio, marcado por uma grande desvalorização de sua moeda no segundo semestre de 2008, seguida de forte revalorização do real a partir de março de 2009. Assim, embora um câmbio menos valorizado traga queda na renda real dos brasileiros relativamente ao exterior, ele significa um maior potencial de crescimento e de geração de empregos, o que justifica o empenho do Governo em controlar tanto a volatilidade quanto a valorização excessiva da moeda.

Entretanto é preciso destacar-se que a taxa de câmbio efetiva das exportações brasileiras, ponderada a partir da participação relativa de 15 países na pauta exportadora do País, tem mostrado valorização bastante inferior àquela apresentada pela taxa real/dólar. Isso se deve à forte desvalorização do dólar frente às demais moedas (o dólar perdeu 8% de seu valor nos últimos seis meses), ocasionada pela manutenção de baixíssimas taxas de juros nos Estados Unidos em consonância com as baixas perspectivas de crescimento naquele país, o que tem levado os aplicadores a buscarem maiores retornos em outros mercados, sejam estes de matérias-primas, como ilustra a recente alta do petróleo, sejam de países com maior perspectiva de retorno imediato. O sistema financeiro internacional encontra-se turbulento tanto no que tange ao papel dos países e das instituições como no que concerne à regulamentação dos mercados. Nesse ambiente em profunda mutação, é alvissareiro que o Governo brasileiro esteja se preocupando com o nível excessivo de valorização da moeda nacional. Espera-se que seja para valer.

Índice das taxas de câmbio efetiva e real — jan./08-set./09



Legenda: — Efetiva - - - Real (IPCA)

FONTE: Banco Central do Brasil.

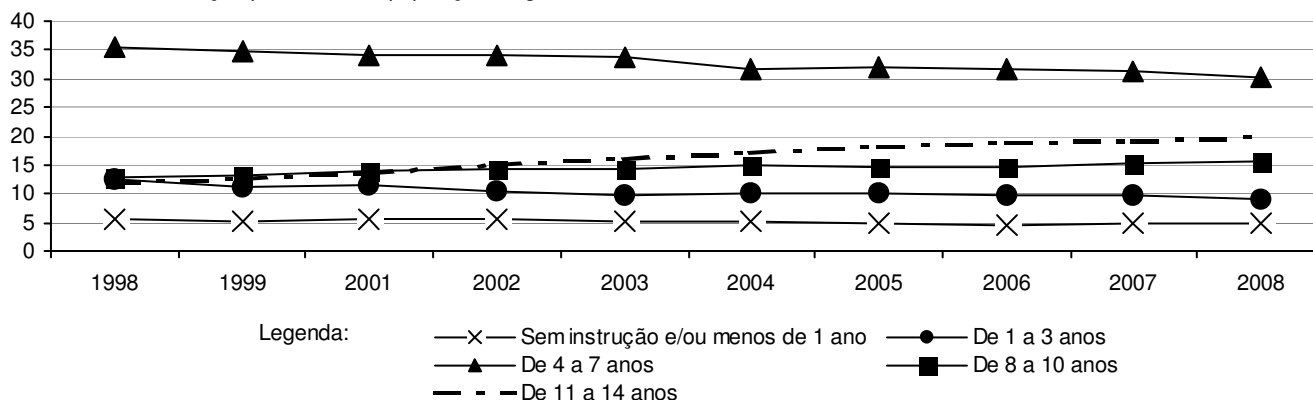
NOTA: O índice-base é jun./94 = 100.

## Mudanças recentes nos anos de estudo dos gaúchos

Ao se considerar a evolução dos anos de estudo da população do Rio Grande do Sul na década de 1998 a 2008, segundo as faixas de anos de estudo estabelecidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), podem-se identificar duas tendências. A primeira delas é a estabilização do percentual da população na faixa “sem instrução ou menos de um ano de instrução”. Nela se mantém cerca de 5% da população gaúcha no período. Os percentuais da população nas outras faixas de anos de estudo variaram bastante e apontam para a segunda tendência, de aumento do tempo de permanência na escola, no Estado. Isso se observa na simultaneidade entre

o decréscimo dos percentuais da população nas faixas mais baixas de anos de estudo e o aumento dos percentuais da população em faixas de anos de estudo mais altas. Ao se considerarem as faixas de um a três anos e de quatro a sete anos de estudo, verifica-se que, nelas, em 1998, o percentual da população era de, respectivamente, 12,42% e 35,33%. Em 2008, nas mesmas faixas, os percentuais eram de, respectivamente, 9,21% e 30,21%. Já em relação aos percentuais da população nas faixas de oito a 10 anos e de 11 a 14 anos de estudo, observa-se que, em 1998, eles eram de, respectivamente, 12,73% e 11,88% e, em 2008, eram de 15,69% e 19,87%.

Distribuição percentual da população, segundo faixas de anos de estudo, no Rio Grande do Sul — 1998-08



FONTE : Microdados da PNAD.

Gabriele dos Anjos (FEE/CEES)

## O apoio do Governo para inovação tecnológica no Brasil e no RS

A inovação tecnológica é vista como um fenômeno complexo e sistêmico, em que os governos têm seu lugar de destaque no sentido de promover os processos inovativos por meio de políticas científicas e tecnológicas, o que se observa em muitos dos países que mais inovam.

Vejam a situação do País e do Estado, quanto ao apoio governamental às inovações oferecido frequentemente por instituições federais, no período 2003-05. Tomando-se por base as indústrias extrativas e de transformação, 19,2% das empresas que implementaram inovações no Brasil obtiveram apoio do Governo. No RS, esse percentual foi um pouco maior, alcançando 21,1% das empresas gaúchas que inovam.

As informações por tipo de apoio apontam, também, para uma situação sensivelmente melhor do Estado relativamente ao País. No quesito incentivo fiscal (à P&D e via lei de informática), há praticamente um empate, com valores muito baixos; no Estado, apenas 1,8% das empresas recebeu esse tipo de apoio, e, no Brasil, 1,7%. Bem mais expressivos, os percentuais de financiamentos para inovação chegaram a 13,6% no País e a 17,2% no Estado.

Portanto, muito há para se fazer no âmbito governamental, e os principais desafios, tanto em nível nacional quanto estadual, estão em um novo marco institucional e ou legal e na maior participação dos atores envolvidos nas políticas de inovação.

Número de empresas das indústrias extrativas e de transformação que implementaram inovações e que receberam apoio do Governo para as suas atividades inovativas, por tipo de apoio, no Brasil e no RS — 2003-05

BRASIL E RS	EMPRESAS QUE IMPLEMENTARAM INOVAÇÕES								
	Total	Receberam Apoio do Governo por Tipo de Programa							
		Total	%	Incentivo fiscal		Financiamento		Outros	
				Total	%	Total	%	Total	%
Brasil .....	30 377	5 817	19,2	531	1,7	4 134	13,6	1 990	6,6
RS .....	3 225	682	21,1	57	1,8	556	17,2	204	6,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pintec (IBGE/Finep/MCT).

Iván G. Peyré Tartaruga (FEE/CEES)

**ECONOMIA BRASILEIRA**

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-set./09

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./96	2,1	21,0	-	10,1	23,00	-	-	127,2	0,2	20 106
Dez./97	3,4	22,2	-	5,2	38,00	-	-	132,8	0,8	32 283
Dez./98	0,0	21,2	-	1,7	29,00	-	-	131,3	-0,5	39 285
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Out./07	-	-	8,7	4,1	11,25	64,9	-10,7	105,7	3,0	124 345
Nov./07	-	-	8,2	4,2	11,25	64,5	-12,0	115,7	9,5	127 393
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,0	-20,5	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,6	-4,9	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,1	1,5	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-1,9	131 320
Mai/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,7	2,5	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,4	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,6	2,2	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	109,9	0,3	133 935
Set./08	6,3	-	7,6	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,4	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,1	0,7	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,2	8,8	120,3	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,5	16,6	148,1	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,7	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,1	11,8	113,2	-0,4	135 861
Mar./09	3,1	-	9,0	5,6	11,25	69,7	9,8	111,0	-1,9	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,1	7,9	110,0	-0,9	132 422
Mai/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,3	134 772
Jun./09	1,3	-	8,1	4,8	9,25	63,2	5,7	112,1	-2,3	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,0	6,6	113,3	1,1	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	-	-	110,5	-2,5	138 717
Set./09	-	-	-	4,3	8,75	-	-	-	-	-

(continua)

## ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./96-set./09

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO					Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)				
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./96	0,09	33,3	83,87	1,7	-	84,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	81,16	3,9	-	83,2	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	79,26	-2,0	-	81,0	-3,5	-6,2	-4,24	3,66	0,58	44 556	241 777
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Out./07	-4,19	43,2	136,83	5,3	8,0	87,0	15,9	28,4	0,40	2,81	-3,22	167 867	238 262
Nov./07	-4,21	42,4	130,47	5,5	-4,0	87,2	16,6	29,3	0,19	2,75	-2,94	177 060	242 098
Dez./07	-3,97	43,9	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,12	2,59	-2,71	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,16	2,73	-2,57	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,32	2,65	-2,33	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,04	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,64	2,64	-2,00	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,97	2,63	-1,65	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,53	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-1,00	2,65	-1,64	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,51	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,22	2,09	-0,87	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,50	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,29	2,03	-0,74	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,44	2,18	-0,74	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,17	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,63	2,46	-0,82	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	5,9	0,6	86,3	26,3	50,3	-1,68	2,47	-0,79	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,10	4,8	-9,6	85,2	24,5	46,0	-1,63	2,42	-0,78	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,8	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,0	41,9	-1,79	2,86	-1,07	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,00	1,0	1,8	76,7	19,2	35,8	-1,75	2,74	-0,99	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,3	27,6	-1,71	2,88	-1,17	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,06	-1,9	15,0	77,1	15,0	24,4	-1,56	2,84	-1,28	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,44	-3,9	-3,9	77,6	12,8	18,0	-1,38	2,88	-1,50	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,14	-5,1	6,5	78,7	4,9	9,2	-1,47	3,02	-1,55	195 264	264 694
Jun./09	-2,04	43,3	115,41	-6,5	1,3	79,0	-0,6	0,3	-1,33	2,97	-1,64	201 467	266 283
Jul./09	-1,77	44,0	122,80	-8,1	5,9	79,8	-7,5	-7,7	-1,30	2,84	-1,54	207 363	270 107
Ago./09	-1,59	44,0	125,38	-8,9	1,5	81,6	-12,9	-15,3	-1,28	2,64	-1,36	215 744	277 205
Set./09	-	-	-	-	-	82,8	-18,6	-21,5	-1,23	2,28	-1,05	221 629	276 100

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

# Carta de Conjuntura - Ano 18 nº 11

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/07-set./09

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Maio/07	-	118,51	109,31	108,70	468,1	243,9	103,0	970,4	87,19	913,28
Jun./07	-	108,10	106,78	108,37	415,1	323,5	128,0	993,3	88,10	919,60
Jul./07	-	112,43	108,99	108,46	401,5	281,8	120,8	926,8	88,81	942,88
Ago./07	-	113,04	106,48	108,20	513,2	236,3	135,8	1 009,1	88,95	945,05
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	7,0	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,17	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,04	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,91	107,59	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Maio/08	-	114,61	96,70	104,39	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,69	107,02	104,83	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,12	105,95	105,00	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,53	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,95	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	3,8	81,68	82,89	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,60	79,32	79,32	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,01	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Maio/09	-	105,32	91,89	85,65	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,71	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,36	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,28	94,26	88,24	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	-	-	-	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-

(continua)

## ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — maio/07-set./09

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Maio/07	-3 382	10,6	14,1	1 155	1 177	561 775	1 704 116	1 400 416
Jun./07	-1 132	10,8	14,4	1 149	1 177	556 098	1 642 989	1 281 777
Jul./07	-1 690	10,3	13,8	1 149	1 172	542 700	1 617 726	1 673 608
Ago./07	673	10,0	13,4	1 148	1 170	559 421	1 653 837	1 571 858
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 148	1 152	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 159	1 169	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 163	1 170	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 190	1 193	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 154	1 151	467 639	1 914 097	1 155 177
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 126	1 122	553 905	1 949 550	1 196 912
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 109	1 121	556 404	1 905 271	1 156 056
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 138	1 150	591 331	1 852 881	1 398 875
Maio/08	2 296	9,2	12,2	1 170	1 189	588 888	1 747 461	1 718 977
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 193	1 207	579 625	1 722 206	1 682 512
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 196	1 214	599 694	1 738 101	1 866 525
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 205	1 211	598 172	1 738 262	1 733 246
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 210	1 214	570 888	1 684 761	2 556 164
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 211	1 210	583 481	1 723 158	1 662 121
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 204	1 210	545 726	1 702 679	1 120 931
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 186	1 182	504 271	1 821 798	1 212 575
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 197	1 180	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 219	1 204	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 227	1 226	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 210	1 223	518 975	1 878 610	1 057 077
Maio/09	-4 076	10,1	12,6	1 189	1 201	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 213	1 202	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 227	1 220	-	-	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 235	1 214	-	-	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	-	-	-	-	1 405 196

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de ago./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

## Trabalhadores com contratação flexibilizada na RMPA: condições adversas de inserção ocupacional

A contratação flexibilizada, ou as “formas atípicas de trabalho”, compreendem inserções laborais que se intensificaram ou proliferaram a partir dos anos 90, no País, especialmente ligadas a estratégias empresariais associadas aos processos de terceirização, visando à redução de custos com a mão de obra, no contexto da reestruturação produtiva e de mudanças nos modos de organizar o trabalho. O segmento de trabalhadores com contratação flexibilizada compreende assalariados sem carteira de trabalho assinada, assalariados terceirizados e autônomos que trabalham para uma empresa, distinguindo-se, portanto, da inserção padrão (assalariados com vínculo legalizado e contratação direta) e da informal tradicional. A análise das características desse segmento, na RMPA, e sua evolução entre 1993 e 2008 mostram que, além de ter sido o único que cresceu em termos relativos — a participação no conjunto de ocupados passou

de 8,8% para 14,4% —, ele vem apresentando as condições mais adversas no mercado de trabalho. De fato, comparando-se os segmentos de trabalhadores, constata-se que o de contratação flexibilizada apresentava a mais elevada instabilidade nos postos de trabalho (tempo médio de permanência no trabalho abaixo dos três anos, frente a seis anos na inserção padrão), o mais baixo grau de proteção social (mais de 60% deles não contribuíam à Previdência) e os rendimentos médios reais do trabalho mais baixos (o rendimento auferido era 33,7% menor do que na inserção padrão). Tais resultados, além de indicarem que a contratação flexibilizada passa a integrar de forma permanente o mercado de trabalho, explicitam a elevada precariedade a que esses trabalhadores se encontram expostos, impondo que, no equacionamento dos problemas afetos ao segmento, se deva ter presente o imperativo de associar trabalho com inclusão social.

Segmentos de trabalhadores com contratação flexibilizada, inserção padrão e informal tradicional, por indicadores selecionados, na RMPA — jul./92-jun./94 e jul./06-jun./08

SEGMENTOS DE TRABALHADORES	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS (%)		PERCENTUAL QUE NÃO CONTRIBUI À PREVIDÊNCIA SOCIAL		TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA (meses)		RENDIMENTO MÉDIO REAL (1)	
	Jul./92-jun./94	Jul./06-jun./08	Jul./92-jun./94	Jul./06-jun./08	Jul./92-jun./94	Jul./06-jun./08	Jul./92-jun./94	Jul./06-jun./08
Contratação flexibilizada	8,8	14,4	70,8	61,3	29	32	744	813
Inserção padrão .....	56,6	50,8	0,0	0,0	71	81	1 262	1 264
Informal tradicional .....	32,2	32,2	50,5	54,6	55	77	807	815
<b>Total</b> .....	-	-	23,7	27,3	62	74	1 082	1 072

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio da PMPA.

(1) O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em R\$ de maio/08.

Mirian de Toni (FEE/CEES)

## O RS ocupa a segunda pior posição na taxa de escolarização de crianças de quatro ou cinco anos

Há consenso entre educadores de que o acesso das crianças à educação infantil — creche (de zero a três anos) e pré-escola (de quatro a cinco anos) —, independentemente de sua situação social, é de fundamental importância. Essa primeira etapa da Educação Básica (ensinos infantil, fundamental e médio) tem o objetivo de atender aos aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança, além de prepará-la para as etapas posteriores de sua vida escolar.

A compreensão dessas premissas ajudou a nortear a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que assegurou o financiamento a toda a Educação Básica, passo importante para melhorar a oferta de vagas, historicamente desfavorável, na educação infantil.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2008 mostrou que, no Brasil, a taxa de escolarização (percentagem de estudantes de um grupo etário em relação ao total das pessoas desse mesmo grupo) entre as crianças de quatro ou cinco anos de idade era de 72,8%. Em números absolutos, isso significa que ainda existem cerca de 1.568.400 crianças sem acesso à educação infantil. As taxas nos estados apresentam grande diversidade. As melhores são apresentadas por Ceará (88,4%), Piauí (85,7%) e Roraima (81,9%).

O Rio Grande do Sul ocupa o penúltimo lugar nesse ranking. Sua taxa de escolarização no grupo etário que abriga os estudantes da educação infantil é de apenas 49,0%, ou seja, um contingente de

146.500 crianças de quatro ou cinco anos não tem acesso à escola numa etapa formadora de sua cidadania. A pior colocação ficou com Rondônia, com uma taxa de 43,6%.

Taxa de escolarização de pessoas de quatro ou cinco anos de idade em estados selecionados e no Brasil — 2008

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO (1 000 pessoas)	ESTUDANTES MATRICULADOS (1 000 pessoas)	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (%)
<b>Brasil</b> .....	5 765,4	4 197,0	72,8
<b>Melhores</b>			
Ceará .....	253,9	224,3	88,4
Piauí .....	99,9	85,6	85,7
Roraima .....	17,3	14,2	81,9
<b>Piores</b>			
Rondônia .....	51,4	22,5	43,6
Rio Grande do Sul .....	287,1	140,5	49,0
Mato Grosso .....	95,8	47,1	49,2

FONTE: PNAD, 2008.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

## Redução de exportações para a Argentina

A crise financeira e econômica global motivou o aprofundamento das medidas de defesa comercial adotadas pela Argentina contra o Brasil. Dentre elas, podem ser citadas: licenças não automáticas de importação; estabelecimento de preços mínimos para alguns produtos importados; investigações “*antidumping*”; e introdução de restrições voluntárias às exportações negociadas com os parceiros comerciais. As medidas refletem o avanço do regionalismo pós-liberal na Argentina, onde crescem as resistências em relação à abertura econômica e ao aprofundamento da liberalização comercial intra-Mercosul. Com isso, em 2009, as barreiras comerciais impostas pela Argentina já atingem 14,0% das exportações brasileiras para aquele país, percentual que, em 2008, tinha sido de 4,3%.

Diante das reclamações do Governo brasileiro e dos setores mais prejudicados, o Governo argentino propôs a realização de negociações setoriais entre os empresários de ambos os países, com o intuito de estabelecer reduções voluntárias de exportações brasileiras daqueles setores mais conflitantes com a produção argentina.

Entre os setores mais prejudicados pelo protecionismo argentino, estão: calçados; têxteis e vestuário; autopeças; tornos; móveis de madeira; eletrodomésticos da linha branca; e celulose e papel. Móveis e calçados, dois importantes itens da pauta de exportações do Rio Grande do Sul, tiveram seus acordos assinados no primeiro semestre de 2009. No caso dos móveis de madeira, os produtores brasileiros aceitaram reduzir em 35% as exportações em relação aos US\$ 155 milhões de 2008. Pelo acordo de calçados, foi fixada, para os fabricantes brasileiros, uma cota de 15 milhões de pares por ano até 2011, o que representa uma redução de 19% em relação aos 18,5 milhões de pares embarcados para o país vizinho em 2008. Como, há vários anos, a Argentina já vem protegendo sua indústria nacional de calçados, algumas empresas calçadistas do Rio Grande do Sul, tais como a Paquetá, a Vulcabrás/Azaléia e a Dilly, optaram por contornar as barreiras comerciais através de instalação, duplicação e/ou aquisição de plantas industriais naquele país.

Analisando as exportações de calçados e de móveis do RS para a Argentina na presente década, observa-se que os valores exportados sofreram oscilações acentuadas no período, principalmente no ano de 2002, quando a Argentina saiu da convertibilidade, onde um peso equivalia a um dólar. Nem os calçados nem os móveis conseguiram recuperar os valores de 2000, enquanto os chineses continuaram

ganhando *market-share* naquele país, nesses setores. De janeiro a setembro de 2009, as exportações de calçados e de móveis do RS para a Argentina recuaram 14,5% e 53,0%, respectivamente, tendo os primeiros uma redução menor do que as exportações totais do Estado para aquele país (-27,6%), enquanto a dos móveis foi maior. Mesmo assim, as exportações totais do RS para a Argentina caíram menos do que as brasileiras (-39,9%) em igual período.

Exportações de calçados e de móveis do RS para a Argentina — 2000-set./09

PERÍODOS	CALÇADOS		MÓVEIS	
	Valor (US\$ FOB)	Δ%	Valor (US\$ FOB)	Δ%
2000	96 588 644	-	43 606 739	-
2001	93 939 856	-2,7	38 386 664	-12,0
2002	8 130 787	-91,3	1 056 141	-97,2
2003	39 122 155	381,2	7 829 333	641,3
2004	45 732 950	16,9	14 041 505	79,3
2005	44 307 174	-3,1	16 156 602	15,1
2006	44 571 635	0,6	19 259 679	19,2
2007	56 574 217	26,9	29 397 283	52,6
2008	62 345 997	10,2	36 993 746	25,8
Jan.-set./08	48 084 047	-	29 059 994	-
Jan.-set./09	41 090 849	-14,5	13 648 560	-53,0

FONTE: MDIC/Aliceweb.

**Beky Macadar (FEE/CEES)**

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 03.11.09).

ISSN 1517-7254

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nôra Angela Gundlach Kraemer

**Conselho Editorial da Carta:** Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

**Núcleo de Dados:** Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

**Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

**Editoração**

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

**Editoria**

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.